

busca da energia limpa e de qualidade

Atuação à frente da pasta foca na expansão da oferta de geração renovável e na melhora da distribuição de energia. Plano também envolve cumprimento de edital de privatização de parte da Cesp

José Aníbal, secretário de Energia de SP, Artigos e Entrevistas

20/07/2011

Energia limpa, qualidade de fornecimento de energia e racionalização do uso da energia pelas empresas e órgãos de São Paulo são alguns dos principais eixos de ação da Secretaria de Energia do estado. Cindida da área de Saneamento, a pasta foi criada para intensificar as ações de expansão e desenvolvimento do potencial energético do estado, entre outros objetivos. Ocupada pelo deputado federal José Aníbal, a pasta identificou a necessidade de se apostar mais fortemente no potencial renovável do estado. O foco é a biomassa a partir do bagaço de cana, com a adoção de medidas que incentivam à geração de energia, ao isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços bens de capital adquiridos no estado. Com isso, as empresas poderiam reduzir os custos para a expansão ou modernização das unidades.

O plano alcança ainda equipamentos importados que não disponham de similares nacionais. Além disso, o estado vê espaço para a geração eólica, enquanto aguarda a finalização e divulgação do atlas eólico, previsto para outubro. Resíduos sólidos também estão no radar. Segundo o secretário, pelo menos 500 toneladas diárias de resíduos sólidos gerados em São Paulo podem ser destinados à queima para produção de MW.

Aníbal mostra também que as atenções estão voltadas para a distribuição de energia. Com planos de forçar a AES Eletropaulo a melhorar a distribuição de energia, o secretário é incisivo ao afirmar que a empresa não está priorizando o atendimento ao consumidor. Desde que a distribuidora foi foco de problemas de atendimento neste ano - em especial no mês passado, quando vendaval e as chuvas deixaram consumidores sem energia por até cerca de 50 horas - a empresa está na mira da Secretaria. Na última segunda-feira, 18 de julho, a distribuidora foi multada em R\$ 26 milhões pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, por problemas identificados na empresa no ano passado. Recentemente, foi anunciado investimento de R\$ 120 milhões.

Além disso, o plano é obrigar a AES Brasil (controladora da distribuidora) e a Duke Energy a cumprir a cláusula do edital de privatização parcial da Cesp, em meados da década passada, que estabelecia expansão de 15% na oferta de energia, cada uma, até 2007, o que acabou não acontecendo. Para Aníbal, as empresas não sinalizaram que estavam em busca de atender à exigência. A Secretaria está estudando medidas contra as empresas.

Em entrevista à **Agência CanalEnergia**, o secretário conta ainda que o órgão está estudando o futuro da Cesp, defende a prorrogação das concessões, destaca o plano de reforçar convênio entre a Arsesp e a Agência Nacional de Energia Elétrica e ressalta os planos para a eficiência energética nas repartições e órgãos do governo. Aníbal, que também é presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia, conta ainda que vai trabalhar pela descentralização de decisões federais e pelo envolvimento dos demais estados e do Congresso Nacional no debate sobre os principais temas do setor elétrico. Confira abaixo a íntegra da entrevista.

Agência CanalEnergia - Diante de iniciativas como o Selo Verde e os incentivos fiscais para geração à biomassa, qual é a perspectiva da Secretaria de Energia para o potencial da biomassa a partir de então?

José Aníbal - Há dez anos, a nossa cogeração com bagaço de cana era zero, começamos a colocar o excedente na rede, pouco a pouco. Encerramos o ano passado com 2.700 MW, que já é um número expressivo. A decisão do governador Geraldo Alckmin de recriar a Secretaria de Energia tem a ver, inclusive, com o estímulo ao setor sucroalcooleiro, para que ampliem a cogeração de energia com bagaço de cana e logo, logo, também com a palha, que é um energético de valor calórico equivalente ou maior do que o bagaço de cana. Portanto, a nossa expectativa ao isentar de ICMS todas as máquinas e equipamentos necessários à implantação de novas caldeiras e também para a reforma de caldeiras existentes, é a de ter entre 12 e 15 usinas por ano, nos próximos quatro anos, fazendo a cogeração com excedente, e almejando chegar, no total, a mais 5 mil MW de cogeração até 2015.

O potencial do setor, segundo o professor [José] Goldemberg [da USP], seria cerca de 15 mil MW, equivalente a uma Itaipu [que possui 14 mil MW]. Se considerarmos os 2.700 MW que tínhamos até o final do ano passado, mais 5 mil MW que queremos adicionar até 2015, já teremos 7.700 MW e é possível, sim, imaginar um conjunto de iniciativas que nos levarão a 15 mil MW de energia verde, renovável, enfim, a energia proveniente de uma cana que está rendendo cada vez mais, nem de longe está associada apenas à açúcar e álcool, mas também à cogeração, à produção de gás, extração de mais etanol do próprio bagaço... É um setor em que estamos fazendo várias pesquisas, por iniciativa do governo e dos produtores, e esperamos um forte crescimento ao longo dos próximos dez anos.

Agência CanalEnergia - Além dos novos projetos, existe o retrofit. As medidas também envolvem a modernização, então?

José Aníbal - Sim, o decreto assinado pelo governador faculta às usinas existentes fazer o retrofit, a modernização com isenção total de ICMS para os bens, que são quase todos produzidos no Brasil e boa parte deles produzida em São Paulo.

Agência CanalEnergia - Então, já para os leilões A-3 e de reserva, em agosto, é possível prever um aumento da participação da biomassa?

José Aníbal - Sem dúvida. A maior participação de São Paulo, neste leilão, é de biomassa, com mais de 2 mil MW. É a relevância do setor. E é muito importante citar a palha. A nossa cogeração com bagaço é feita durante sete ou oito meses por ano. A palha, que nós estamos pesquisando intensamente, a partir de 2014 não poderá mais ser queimada. Terá que ser dada uma destinação e nós trabalhamos para que essa destinação seja cogeração. Nessas condições, pode-se ter uma geração média anual de energia ao longo de 12 meses, porque quando não tiver o bagaço, terá a palha.

Ou ainda uma terceira alternativa: eu já vi um projeto em Paulínia. É uma empresa que possui um aterro sanitário, eles estão separando 1 mil toneladas/dia, sendo metais para um lado, lixo úmido para outro. E o lixo mais seco, mais apto para a geração de vapor e energia é metade desse volume, ou seja, eles estão gerando todo dia 500 toneladas de uma biomassa que pode ser usada também na queima. Trabalhamos para que se possa beneficiar mais a todas as biomassas possíveis, inclusive as provenientes de processamento de resíduos sólidos.

Agência CanalEnergia - Inclusive, no caso dos resíduos sólidos, já se enquadrando na nova Lei que estabelece política para o tema, eliminando os lixões...

José Aníbal - Não só os lixões, mas também os próprios aterros sanitários, eles só sairão com condições muito rigorosas. É um imperativo. Eu tenho dito que, nesse aspecto, estamos um pouco defasados. Existem 800 usinas de processamento de resíduos sólidos no mundo e nenhuma no Brasil. Eu já visitei duas ou três. É nosso propósito ter uma planta, rapidamente. Existem várias empresas, o que falta é fechar a equação, talvez tenha que haver um tipo de participação do governo, ter uma unidade que sirva de referência para o Brasil.

Agência CanalEnergia - Qual as projeções para a geração eólica e para a solar, diante dos dois atlas que estão sendo elaborados?

José Aníbal - Com relação à eólica, o atlas fica pronto agora em outubro, o plano é ver como estimular a implantação no estado. O que a gente sabe é que os estados do Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte) e do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), já têm boas eólicas implantadas, uma base mais desenvolvida que a nossa, uma natureza melhor. De qualquer modo, vamos aguardar. Tem um grupo de especialistas que acha que a região de São Roque é muito propícia para a implantação de parque eólico. Tem uma empresa que quer montar lá.

No que se refere à fotovoltaica, é realmente um horizonte muito positivo. São Paulo tem na média, grande parte dos dias uma luminosidade muito adequada para a geração fotovoltaica. Nós já estamos recebendo grupos interessados em montar parques fotovoltaicos, discutindo com um grupo instalado na Abinee (Associação da Indústria Eletroeletrônica), reunindo vários interessados - produtores de equipamentos, empreendedores de um modo geral, empresários que gostariam de fazer a implantação das empresas... Eu acho que o setor começa a adquirir uma certa musculatura, já temos até mesmo produção de painéis na região de Campinas.

O potencial estimado ainda é pequeno, de 25 MW por ano, mas sei que há outra empresa de produção de painéis e é um produto que se pode importar. Ah, mais uma vez, digo que é preciso montar uma equação financeira que viabilize a implantação dos projetos. Por exemplo, iluminação fotovoltaica já existem várias empresas aqui em São Paulo, que já estão produzindo e faturando com postes que usam placas fotovoltaicas.

Uma das subsecretarias cuida exatamente de energias alternativas, ela está conversando com eles. São novidades para as quais nós trouxemos especialistas que já trabalham nisso. Demos uma capacidade de indução à geração de energia limpa, e por determinação do governo, dêem segurança energética de São Paulo e produzem energia com qualidade.

Agência CanalEnergia - Existe um estudo de potencial hídrico que apontaria 3.700 MW de capacidade, procede?

José Aníbal - Eu acho que sim, mas nós não temos esse número, mas metade desse, de 1.500 MW, e desse total, para PCHs, o potencial sem grandes dificuldades com o meio ambiente, sustentabilidade, é de 1 mil MW. De qualquer modo, é expressivo. Eu estou como presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia, já fiz uma gestão no Ministério de Minas e Energia, vou fazer com o [Nelson] Hübner [diretor-geral da Aneel], isso é parte dessa pauta, para ver se trazemos para os estados a outorga, concessão de outorgas para PCHs. Tudo isso está centralizado em Brasília. os tempos são longos.

E há órgãos no âmbito dos estados que têm competência para avaliar impacto ambiental, todo estado tem. E estamos falando de uma energia limpa, não se vai fazer isso agredindo o meio ambiente, os órgãos ambientais não permitiriam de jeito nenhum. Daria mais agilidade que essa autoridade de concessão da outorga seja transferida para os estados. Com isso a gente espera que se acelerem os projetos de PCHs.

Agência CanalEnergia - Na época da privatização da Cesp, ficando a geração vendida parte com a AES Tietê e parte com a Duke Energy, havia previsão de expansão do parque gerador em 15%. O que se percebeu na época era que o potencial hídrico ainda era muito baixo para isso. Esses números podem ajudar e priorizar essas empresas a atender a essa meta ou elas poderiam buscar outras fontes para atender a essa exigência do edital?

José Aníbal - Primeiro, eu preciso dizer que essas empresas são faltosas, porque essa energia que elas se comprometeram a gerar deveria ter acontecido até o final de 2007 e não aconteceu. Temos três anos e meio após o prazo. Nós estamos estudando, inclusive, medidas que serão adotadas pelo fato de que essas empresas não cumpriram o compromisso assumido no momento da privatização. A Procuradoria Geral do Estado está estudando [quais seriam] essas medidas. Nós já estivemos junto a essas empresas e estranhamos o fato que elas não fizeram um gesto sequer, seja de desenvolver uma PCH, desenvolver um *retrofit* de uma usina de açúcar e álcool, até porque hoje já existem empresas que querem comprar energia renovável, verde, não poluente, para carimbar nos produtos que eles são feitos com energia renovável.

Apesar disso, essas empresas não fizeram nada. Agora, a AES Eletropaulo diz ter um terreno no Vale do Paraíba, o que não significa grande coisa, apenas uma intenção, onde pretendem instalar uma termelétrica. Ainda vão entrar no leilão, [a térmica] não tem licença ambiental, imaginam poder entrar no leilão no final do ano, no A-5. Ou seja, se tudo der certo, eles estariam gerando em 2016 a energia que eles se comprometeram a gerar até o final de 2007 - nove anos depois. A outra empresa, a Duke Energy, tem um terreno, mas também nenhuma previsão firme. Por isso mesmo, o estado vai ser bem duro nessa cobrança, porque essas empresas estão agindo

com o sentido de impunidade. Assumiram um compromisso, não cumpriram e não dão satisfação nenhuma.

Agência CanalEnergia - Ou seja, antes mesmo de se pensar na exploração desse potencial, as empresas seriam enquadradas primeiro?

José Aníbal - Sim, sem dúvida nenhuma. O mecanismo de enquadramento será multa, que nos permita configurar que essas empresas não cumpriram o que assumiram e são faltosas.

Agência CanalEnergia - O que elas alegavam na época é que, como mudou o modelo energético e a contratação passou a se dar nos leilões, as empresas não têm como prever se poderiam contratar a energia ou não.

José Aníbal - Conversa. A Petrobras sempre disse que a empresa que ganhar leilão para desenvolver termelétrica vai ter o gás necessário. Tem que haver uma combinação entre os atores envolvidos no processo. Acho que elas se desculpam muito e nunca consideraram para valer... *[a possibilidade de punição]* Até porque a AES é uma empresa que quebrou lá fora, em 2003, e obrigou o BNDES a transformar o empréstimo em participação. Tudo isso tem que ser visto. É uma empresa que não conseguiu pagar o que pegou com o BNDES para pagar a compra da Eletropaulo. E por outro lado não tomou iniciativa firme para resgatar um outro compromisso. Não resgatou nem o empréstimo do BNDES nem o compromisso com o governo de São Paulo de gerar mais 400 MW.

Agência CanalEnergia - Existe um plano entre a Aneel e a Arsesp a fim de fazer uma parceria para a fiscalização das 14 distribuidoras do estado, em especial os indicadores de energia. Como será esse convênio?

José Aníbal - Nós vamos receber os profissionais da Aneel na próxima quarta-feira *[20 de julho]*, para trabalhar com o pessoal da Arsesp até a sexta-feira *[22]*. O nosso propósito é intensificar a cooperação entre os profissionais da Aneel e da Arsesp com os recursos necessários para que a Arsesp faça uma boa fiscalização do setor elétrico em São Paulo, por delegação e financiamento da Aneel, que tem recursos para isso, da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica *[TFSEE]*, cobrada pelas distribuidoras. Na outra segunda-feira *[25]*, o diretor-geral da Aneel estará aqui, quando estaremos concluindo essa negociação, essa rodada, exatamente com esse bom propósito. Queremos ampliar, temos hoje exatamente 16 fiscais, que são pagos pela Aneel para fiscalizar o setor elétrico. Imagina: só empresas de distribuição são 14. Fica muito difícil uma fiscalização de uma forma tão pouco eficiente em matéria de recursos humanos. Gostaríamos de levar esses fiscais - e mais uns 40 - para termos um trabalho mais abrangente, primeiramente; um trabalho de qualidade, como tem sido.

Agência CanalEnergia - O início da parceria seria imediato?

José Aníbal - Sim, estamos pedindo desde fevereiro. Logo quando a Secretaria foi recriada, o governador Geraldo Alckmin fez a solicitação. Queremos, desde àquele momento, que a Aneel entre, ainda não aconteceu, mas agora acontecerá. A Aneel tem os recursos para a gente melhorar o convênio entre a Aneel e Arsesp. Até porque se não melhorar, o governo de São Paulo vai ter que tomar iniciativas. Não pode deixar um setor tão importante, do qual as pessoas, as famílias, as empresas dependem tanto à mercê de distribuidoras que às vezes não cumprem com suas obrigações.

Agência CanalEnergia - Nessa linha, o senhor tem dito que a AES Eletropaulo não tem atendido aos indicadores de qualidade. Qual o principal problema da AES Eletropaulo na avaliação da Secretaria?

José Aníbal - A perda de foco de que é uma empresa de distribuição de energia para 6,5 milhões de clientes - famílias, empresas, serviços - no mais importante território do Brasil, que é São Paulo e Grande São Paulo, com exceção de Guarulhos e alguns municípios. Essa região é responsável por 65,5% do ICMS do estado. Deve ser responsável, por consequência, por um quarto do Imposto de Renda e do IPI recolhidos pelo governo federal. Portanto, é a região econômica mais densa do país, a que mais contribui com impostos municipais, estaduais e federais, e não pode estar exposta a uma gestão *[que não prioriza]* a excelência na distribuição, mas sim a excelência no resultado financeiro.

A AES Eletropaulo multiplicou por quase cinco os seus lucros de 2006 para 2010. De R\$ 370 milhões para R\$ 1,350 bilhão. Isso impactou a qualidade do serviço, reduziram estruturas e conseqüentemente reduziram a atenção aos consumidores. Isso é muito ruim. Na prática, foram reduzidas equipes, trabalhos de manutenção de redes, substituição de transformadores, as podas de árvores continuam sendo insuficientes... Enfim, tudo aquilo que foi contribuindo para a redução de custos, na ótica deles. E eventualmente de custos não remunerados, porque boa parte dos custos são remunerados. Realmente faltou à empresa uma atenção ao seu propósito inicial. Uma certa inversão, a distribuição de energia passou a ser um meio para ganhar dinheiro, mas não a atividade-fim. Claro, eles têm que ganhar dinheiro, têm que ter lucro, sem lucro não se sobrevive, mas eles invertem essa lógica. A qualidade e não interrupção do serviço contínuo passou a ser um aspecto secundário.

Agência CanalEnergia - Outro ponto ainda pendente é a renovação das concessões, cuja discussão começou exatamente com a proposta de privatização da Cesp. Como a secretaria está acompanhando a Cesp, por conta do risco de perder grandes usinas?

José Aníbal - Uma delas gera um pouquinho de energia *[risos]*. Equivale a 3.800 MW, só é a terceira usina do Brasil, perde para Itaipu e Tucuruí. São 7 mil MW, no caso da Cesp, que vencem até 2015. Não chega a 7 mil, porque 1 mil MW é Sérgio Motta, Porto Primavera, que termina na década de 20. Mas no país, entre todas, são 21 mil MW. A questão é do governo federal, mas nós temos externado o nosso propósito, que é ter a prorrogação das concessões. Por que isso é bom para o país, para os estados? Primeiro, porque dá estabilidade às empresas. Elas têm procurado operar com competência, com rentabilidade adequada, e na medida do possível a transferência de benefícios através da conta, do custo da energia para o consumidor.

Acho que, na média, elas estão administradas e de qualquer maneira, não vejo como o governo possa, em 2015, pegar 21 mil MW de energia e dizer: "Bom agora eu vou licitar de novo", não tem nem quem compre. Acho que estamos encaminhando mesmo para a prorrogação e o governo negociará caso a caso indicativos gerais de compensação que possam querer implantar. Até porque a situação dessas usinas são diferentes, no campo da amortização, da gestão, dos investimentos etc. Acho só que não se deve vender ilusões ou fantasias com relação às possibilidades de modicidade tarifária. Pode haver redução de tarifas? Pode, mas nada que se assemelha ao que está sendo alardeado pelos interessados em novos leilões e não na prorrogação das concessões.

Agência CanalEnergia - Seria uma renovação menos módica do que se prevê?

José Aníbal - Tem gente dizendo que é possível que essa energia seja fornecida por um valor até 80% menor que o atual. Imagina se a Aneel, as empresas deixariam que os concessionários de hidrelétricas iriam poder praticar um preço quatro vezes maior do que aquele necessário à remuneração do serviço. Mas alguma coisa pode acontecer sim, de modicidade tarifária.

Agência CanalEnergia - Qual seria o futuro projetado para a Cesp? Ainda há planos de vendê-la ou de mantê-la estatal e retomar estratégia de novos investimentos?

José Aníbal - Aí é uma posição que o governo ainda não arbitrou, seria colocar "a carroça na frente dos bois". Primeiro vem a questão da renovação, depois o governo vai arbitrar.

Agência CanalEnergia - Há um tempo havia uma proposta de cisão da Emae e divisão de ativos entre Sabesp e Cesp. Esse plano ainda existe?

José Aníbal - Olha, tem essa proposta. eu já ouvi, desde que estou aqui na Secretaria. Estamos estudando com todo cuidado a situação da Emae, desenvolvendo políticas que dêem eficiência à empresa. Temos uma coisa que gostaríamos muito de evoluir, que é Henry Borden, a geração daquela maravilha tecnológica que gera 127 MWmed quando podia gerar 500 MWmed, porque tem toda essa questão da qualidade da água da [represa] Billings. Ela tem também a responsabilidade pela água do canal do Rio Pinheiros, está sendo feito um programa ousado, firme, de desassoreamento, limpeza do canal do Pinheiros. Mas se houver uma perspectiva de racionalização em termos de funcionamento, parcerias, convergências entre a Emae e outras empresas do estado, faremos, naturalmente. Sempre que isso significar um serviço melhor para a população, racionalidade da ação do estado, a gente vai praticar.

Agência CanalEnergia - A Secretaria de Energia de São Paulo está lançando o programa de Gestão de Energia do Poder Público. Qual é o foco do projeto?

José Aníbal - Nós vamos trabalhar fortemente a eficiência energética. Queremos dar expressividade em termos da melhor geração de energia, que é a poupança, é a menos custosa. Nós temos alguns programas, envolvendo nossas escolas técnicas e faculdades de tecnologia. Elas estão com programa bem adequado para a eficiência energética. Vamos estender às demais escolas, aos presídios e estamos estudando também unto ao Metrô e à Sabesp, dois grandes consumidores de energia. A Sabesp provavelmente deve ser o maior consumidor de energia do estado. Estudamos a implantação de programas cuja eficácia seja efetivamente mensurada. Queremos poder dizer "poupamos xis kWh médios nos últimos anos". Será uma ferramenta para acompanhar o dia a dia do consumo. Além disso, tem a ideia do certificado de bioeletricidade e o Selo verde, que nós queremos lançar em breve, em parceria com o setor do açúcar e do álcool.

Agência CanalEnergia - Qual são os principais focos de sua gestão na presidência do Fórum Nacional de Secretários de Energia?

José Aníbal - Há uma questão que permanentemente é colocada no fórum que me sensibiliza muito, que é o fato de que a energia não é uma questão federal, mas nacional. Ela tem que ser mais compartilhada com os estados, é algo que tem toda a relevância. E aí entra a discussão de preços, como o do gás natural. O secretariado também quer colaborar muito nessa questão dos *royalties*, queremos esse trabalho de descentalização de certas competências gerais para os estados. Envolver mais o parlamento nesse bom debate, seja, a Comissão de Minas e Energia da Câmara, seja a Comissão de Infraestrutura do Senado, com os quais já mantivemos contato e eles manifestaram inteira disponibilidade. Tem a questão da renovação das concessões. Há vários itens em aberto. Vamos fazer uma reunião na semana que vem para priorizar quatro ou cinco pontos que serão o eixo da nossa ação no segundo semestre.